

1
2 **ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA**
3 **HIDROGRÁFICA DO LITORAL – CBH- LITORAL**
4



5 Aos dez dias do mês de agosto, do ano de dois mil e dez, no Auditório do NIT – Núcleo
6 Integrado Tecnológico, situado a Rua João Cordeiro, s/n – Coqueiro – Itapipoca / CE às
7 nove horas, realizou-se a Décima Terceira Reunião Ordinária do Comitê da Bacia
8 Hidrográfica do Litoral / CBH Litoral, com a presença dos membros: Manoel Otaviano
9 do Nascimento, (Associação Comunitária dos Moradores de Jurema), Cristóvão da
10 Costa Mesquita (Colônia de Pescadores Z-66), Júlio César Vasconcelos Souza
11 (Associação Comunitária Dona Emília), Cícero Rodrigues de Mesquita (Colônia de
12 Pescadores Z-69), Pedro Paulo Martins da Silva (Associação dos Moradores de
13 Lavagem Grande), Vicente Barbosa Soares (Associação dos Professores e
14 Universitários de Irauçuba), Manuel Vidal Freitas (Sindicato dos Trabalhadores (as)
15 Rurais de Itapipoca), Francisco Rodrigues Soares (CETRA), Maria Assunção Pinto
16 (Associação Comunitária Santo Expedito), Oscarina Barroso Alves da Silva,
17 (Associação Comunitária Beneficente do Sítio Pau Alto), Ernesto Soares de Lima
18 (Prefeitura Municipal de Amontada), Raimundo Nonato de Oliveira (Prefeitura
19 Municipal de Irauçuba), Jane Berthjer Ferreira da Silva (Prefeitura Municipal de
20 Itapipoca), Francisco Lucas Pinto (Prefeitura Municipal de Miraíma), Fábio Moreira do
21 Nascimento (Secretaria de Agricultura e Pesca e Recursos Hídricos de Trairi) Ramon
22 Flávio Gomes Rodrigues (Secretário Executivo de Recursos Hídricos) e os técnicos da
23 COGERH: Marcílio Caetano de Oliveira (Gerente Regional da COGERH – Pentecoste),
24 Manoel Reginaldo da Silva (Coordenador do Núcleo Técnico Operacional – Gerência
25 Pentecoste), Maria de Jesus Lopes de Oliveira (Coordenadora do Núcleo de Gestão
26 Participativa – Gerência Pentecoste), Adriana Débora C. Araújo (Tecnólogo em Gestão
27 de Recursos Hídricos), Adahil Sena (Analista de Gestão de Recursos Hídricos –
28 Gerência de Estudos e Projetos – COGERH) e os Técnicos da IBI Consultoria: Andréa
29 Cisne, Érica Rocha, Cléa Rocha e João Martins Cavalcante Filho (SRH). A reunião teve
30 como pauta exclusiva a “Apresentação e Discussão do Relatório de Fase II do Plano da
31 Bacia do Litoral”. A Sra. Maria de Jesus deu início a reunião convidando para a
32 abertura o Sr. Ramon Flávio – Secretário Executivo da Secretaria de Recursos Hídricos,
33 Marcílio Caetano – Gerente da COGERH e o Sr. Vicente Barbosa – Presidente do CBH

34 Litoral, que cumprimentaram o plenário e destacaram a importância da elaboração do
35 Plano da Bacia do Litoral. Nos informes o Sr. Reginaldo socializou um trabalho de
36 mediação feito em bananal, onde foi aberto uma barragem para garantir água a uma
37 comunidade. A seguir a Consultora da IBI – Sra. Andréa Cisne deu início a
38 apresentação do Relatório de Tarefa 5 (RT5) apresentando o sumário que consta dos
39 seguintes tópicos: projeção da Oferta de Água Projeção da Demanda de Água Balanço
40 Oferta x Demanda; Proposições de Procedimentos para Outorga e Licença. Em relação
41 a projeção da oferta de água explicou que o potencial hidráulica é definido como o
42 somatório do Potencial Hidráulico Fixo e o Potencial Hidráulico Móvel e corresponde à
43 quantidade máxima de água que a bacia pode prover. Sendo que a água que precipita
44 pode ser levada para outro lugar, e a água dos aquíferos também. A quantidade máxima
45 não vai entrar no balanço hídrico. Disse que a projeção da oferta de água é um aspecto
46 novo abordado no Plano. Apresentou que procedimentos foram usados para fazer a
47 projeção da oferta de água na Bacia: utilizou informações de escoamento superficial por
48 município do PERH 1992, verificação de percentuais de área de cada município por
49 Bacia, Produto área x escoamento e para escoamento subterrâneo utilizou informações
50 também do PERH 1992 sobre reservas exploráveis. Informou que em relação a esses
51 potenciais os cálculos constituem um avanço pois nenhum outro Plano no Ceará
52 trabalhou essas informações. Para fazer projeção. Para 2015, 2020 e 2030 usou os dados
53 do PLANERH 2005 que inclui novos reservatórios que podem melhorar a eficiência do
54 sistema ou não. Para 2015 não existe, para 2020 temos o açude Raízes e Trairi; e 2030
55 não tem projeção. Com estes reservatórios, haverá um incremento de 1,33 m³/s na vazão
56 regularizada desta Bacia, o que equivale a um aumento de cerca de 84%. Em relação a
57 oferta subterrânea a disponibilidade efetiva instalada na Bacia é de 9,17 milhões de
58 m³/ano. De acordo com Pacto 2009. A esse respeito, o Sr. Marcílio Caetano disse ser
59 interessante incluir em 2015 os Açudes Missi e Gameleira. O Secretário Executivo dos
60 Recursos Hídricos falou que ambos eram projeção para 2010, então Sr. Marcílio
61 solicitou incluir na tabela. A consultora disse que nos dados do Plano de 1992 consta
62 9,7 milhões de m³ como alternativa de oferta hídrica. o Plano Plurianual tem previsão de
63 implementação de pequenos sistemas simplificados de abastecimento. O técnico
64 Reginaldo solicitou que colocasse no plano a projeção que existe de mais sistemas de
65 abastecimento. Sr. Vicente Barbosa informou que está previsto no município de
66 Irauçuba dois açudes: Coité e Colunas. O Sr. Raimundinho de Irauçuba falou da

67 inclusão de projeções de cisternas calçadão, no caso de pequenos sistemas simplificados
68 de abastecimento. Dando continuidade a Sra. Andréa discutiu sobre a Projeção da
69 Demanda de água de acordo com a demanda populacional para 2010, 2015, 2020 e
70 2030. Demanda Humana, demanda industrial e demanda de irrigação no cenário
71 tendencial e no cenário otimista. Sobre demanda industrial o Secretário Adjunto dos
72 Recursos Hídricos Sr. Ramon, sugeriu a consultoria pesquisar as estatísticas de
73 tendências de demanda em termos de indústria. A consultora falou que atualmente não
74 tem demanda para irrigação na Bacia. Sr. Reginaldo questionou falando que existe sim,
75 tem algumas demandas e deu o exemplo da DUCOCO. A consultora Andréa indagou
76 quem teria essas informações, Sr. Marcílio falou que seria a SDA e indagou se os dados
77 passavam pela análise de uma equipe multidisciplinar, Andréa respondeu que sim. A
78 Sra. Assunção levantou a questão da demanda de Itapipoca. Sr. Marcílio disse que o
79 Açude Gameleira irá contemplar essa demanda e o Secretário complementou dizendo
80 que está previsto para um horizonte de 2030. Disse que adutora de Itapipoca está em
81 processo de licitação. A Sra. Andréa, dando continuidade, passou para Balanço, Oferta,
82 Demanda Superficial e Demanda Subterrânea o que tem de potencial para ser
83 explorado. Vicente Barbosa indagou se o percentual incluía a oferta subterrânea das
84 lagoas. O Sr. Adahil Sena (Gerência de Estudos e Projetos da COGERH) informou que
85 foi feito cadastro de lagoas e vai ser motivo de um programa especial na fase 3 do
86 Plano, pois será feito um trabalho que inclui batimetria e está se prevendo um programa
87 especial para ser feito no prazo mínimo de 1 ano. O aquífero de Itarema é um dos
88 maiores e será uma meta a posteriori ao Plano. Na fase 3, em outubro será apresentado a
89 programação que inclui programas para realizar estudos como monitoramento de
90 lagoas a curto prazo. Disse que em 2020 a Bacia do litoral terá água tanto no cenário
91 otimista quanto tendencial. Um superávit de mais ou menos 7,75m³/s. Dando
92 continuidade a Sra. Andréa passou para o tópico: Proposições de procedimentos para
93 Outorga e Licença; Contribuições para melhoria das normas e Critérios de Outorga;
94 Procedimentos Participativos para a Implementação de Outorgas e Licenças de Obras
95 Hídricas. Disse que o Plano traria contribuições para melhoria das normas e critérios de
96 outorga a seguir: Contemplar no decreto a adoção e prática da realocação anual de
97 vazões para a outorga, assegurando a gestão participativa e a minimização de conflitos
98 pelo uso da água; Adotar a outorga preventiva em todos os usos sujeitos a outorga para
99 melhor viabilizar a integração com a gestão ambiental, sendo esta precursora da

100 “Licença; A limitação da capacidade de acumulação em açudes a ser construídos em
101 propriedades privadas poderá ter critérios; Revisar as características e dimensões das
102 obras isentas de licenças, porém sujeitas ao cadastramento, verificando a possibilidade
103 de estabelecer para barramentos a isenção até 300.000m³ de volume e altura até 6,0m,
104 bem como isentar a construção de poços no cristalino. O CBH deve desempenhar por
105 competência o papel fundamental de discutir, conhecer e aprovar todas as alocações
106 globais de água para os múltiplos usos, considerando as demandas atuais e planejadas;
107 igualmente é seu dever discutir e aprovar todas as obras de interferência hídrica com os
108 respectivos prazos de execução, bem como acompanhamento. Finalizou a apresentação
109 com o Fluxograma atual de Outorga proposto no Plano. Concluído o relatório de Tarefa
110 5, A Sra. Cléa recebeu da plenária, anotação com sugestões para acrescentar no texto e
111 passou-se a discutir os relatórios de Tarefas 06 e 07, foi sugerido fazer uma leitura do
112 que cabe ao CBH. O Sr. Vicente Barbosa Soares disse que o licenciamento de Obras
113 Hídricas não tramita pelo CBH, porém na reforma da lei das águas todas as intervenções
114 devem passar pelo CBH (licenças de obras hídricas) hoje todas as obras são liberada
115 pela SRH e a COGERH. A consultora apresentou proposição de medidas não estruturais
116 para melhorar a eficiência do sistema; Avaliação do grau de saturação da Bacia e a
117 Concepção de um modelo de operação de reservatório; Disciplinamento do Uso e
118 Ocupação dos Solos; Medidas de Proteção de Mananciais; Fortalecimento Institucional;
119 Sistema de Outorga, Licença e Fiscalização; Programa de Tarifa de água bruta; Comitês
120 de Bacias; Organização de usuários de água Bruta; Gestão da Qualidade da água;
121 Gestão das águas subterrâneas; Gerenciamento do Risco Climático em Recursos
122 Hídricos. O relatório de Tarefa 6 e 7 foi apresentado pela Consultora – Érica Justa e tem
123 como conteúdo: Ações para mediação dos conflitos identificados pelo CBH; Ações para
124 solucionar as principais barreiras institucionais; Ações voltadas para minorar as
125 vulnerabilidades ambientais; Ações voltadas para melhoria da oferta hídrica. Durante a
126 apresentação, o plenário fez sugestões com anotações. O Sr. Vicente Barbosa –
127 Presidente do CBH Litoral durante a apresentação, argumentou que não estava claro se
128 a COGERH seria Agência de Bacia ou Secretaria Executiva e que a sua arrecadação
129 deveria vir para um Fundo. O Sr. Ramon – Secretário Executivo dos Recursos Hídricos,
130 informou que se assim fosse ela não teria a agilidade na operacionalização das ações
131 que tem hoje. Vicente falou que no Projeto de reforma da Lei, isso deveria ser
132 esclarecido e que o projeto sugere a implantação do FEHIDRO. Encerrada as

133 apresentações o Sr. Secretário Ramon, deu informes sobre os Encontros Estadual e
134 Nacional de Comitês de Bacias em novembro a acontecer em Fortaleza. A reunião foi
135 encerrada pelo Presidente do Comitê: Sr. Vicente Barbosa Soares. E nada mais havendo
136 a tratar, eu, Maria de Jesus Lopes de Oliveira (Coordenadora do Núcleo de Gestão
137 Participativa – Gerência Pentecoste), lavrei a ata assinada por mim e pelos presentes em
138 lista anexa.
139

COGERH Gerência Pentecoste
<i>Elaboração</i>
<hr/> Maria de Jesus Lopes de Oliveira Coordenadora do Núcleo de Gestão Participativa COGERH Pentecoste

140